

Interseccionalidade: raça, gênero e classe^{[1][2]}

Olá, professor(a)! Você já pensou que as opressões exercidas pelas questões de gênero e de raça, por exemplo, não agem de forma isolada e não possuem pesos diferentes, pois essas categorias opressivas são interseccionadas? A propósito, você sabe o que é interseccionalidade? Neste capítulo, vamos conhecer a origem do conceito e suas implicações.

É importante pensarmos a opressão humana a partir das classificações impostas, que servem perfeitamente ao intuito de subjugar, condenar, oprimir sujeitos por outros sujeitos que se colocam em posição de superioridade. Como Kabenguelê Munanga (2004, p.2) nos aponta:

Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal, merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo.

Ainda que classificar seja inerente ao ser humano, o ideal classificatório europeu servia ao propósito de colocar o outro fora do padrão e, assim, criar mecanismos de escravização, de monopolização, de padronização de um ideal de superioridade, beleza, capacidade intelectual. Assim, o autor critica o fato da classificação humana ter se dado através da cor da pele (inicialmente, as quais foram incorporados, posteriormente, questões morfológicas), que é determinada pela melanina, cujo percentual genético corresponde a 1%, mas que, no entanto, foi utilizada como fator de segregação. Para além dos determinantes impostos pela cor da pele, há também a opressão exercida pelo gênero. Explica-se, assim, a necessidade de criação de movimentos feministas separados que focassem na mulher e na mulher negra. Uma vez que, não se pode generalizar todas as mulheres, como se suas opressões fossem as mesmas, ratificando a ideia preconizada na Constituição Federal de 1988, a de que todos são iguais perante a lei, o que é uma mera formalidade para escamotear as desigualdades e continuar a oprimir/segregar negros/as e indígenas, por exemplo, legalizando, assim, as disparidades. O mito da democracia racial fundamenta a exclusão e as contradições raciais, além de continuar marginalizando os/ as negros/as que, apesar de fazerem parte do cenário social resistindo, lutando, buscando

soluções e tentando desmascarar e destituir os padrões brancos, continuam sendo oprimidos/as e massacrados/as.

Não se pode fingir que a força de trabalho da mulher negra está associada à mão-de-obra não qualificada e com rendimentos menores que o das brancas – uma das dimensões do racismo, que, apesar de absurdo para quem luta por igualdade (s), tem, na sociedade brasileira, a naturalização dessa prática, cujo mote trata da branca para casar, da mulata para fornicar e da negra para trabalhar. Na visão eurocêntrica, foram estabelecidos os locais destinados a cada grupo social, privilegiando os brancos. Desse modo, o racismo, apesar de não ser a única manifestação da opressão, é a expressão mais onipresente no cotidiano e se associa diretamente a divisão de trabalho. Para Kia Caldwell (2000, p.97-98), “ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto das mulheres negras destacou que tais mulheres foram vítimas antigas de práticas de exploração sexual”. As relações de poder constituem, portanto, uma importante variável que molda a vida, as posições sociais e as identidades das mulheres negras. Assim, a exploração de classe e a discriminação racial constituem os elementos básicos de luta das etnias subordinadas, que se difere da luta da mulher branca, por exemplo.

Na década de 80, do século XX, surgiu, em Boston, um grupo de mulheres afroamericanas - o Coletivo Combahee River – que lançou o movimento “A Black Feminist Statement”, apresentando uma declaração conectando os sistemas de opressão - raça, gênero, classe social e sexualidade – pois todos constituíam as experiências da mulher negra. A esse sistema de conexões, segundo Patrícia Hill Collins (2017), Kimberlé Crenshaw atribuiu o termo Interseccionalidade, em seu artigo Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color, publicado na Stanford Law Review (1991). Apesar de não ser militante dos Movimentos Sociais, Crenshaw estava ligada a trabalhos com justiça social dos movimentos. Assim, posicionava-se na convergência dos estudos de raça, classe, gênero na academia, buscando iniciativas de justiça social para que ocorressem mudanças legais e na sociedade. Dessa maneira, em 1991, quando lançou o artigo, deu início ao que se compreendeu como origem da interseccionalidade, uma vez que ela conjugava entendimentos interseccionais do feminismo negro aliado à justiça social. A autora deu atenção especial às mulheres negras articulando-as à violência doméstica; ademais, ela apresenta uma identificação pessoal com o feminismo negro, além do entendimento de que as necessidades das mulheres negras não são atendidas por uma categorização.

Assim, defende a interseccionalidade vinculada a preocupações de justiça social. Para Patrícia Hill Collins (2017, p.12):

Crenshaw se baseia nas ideias de Combahee não só para nomear a interseccionalidade, mas também para estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; manter o foco nas estruturas sociais; teorizar a partir da base (em de um modelo topdown) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; lembrar leitoras que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social.

A ideia de um movimento feminista que atendesse a luta das mulheres nos leva a refletir acerca do que poderia ser comum na luta daquelas que estão em classes sociais ou em grupos raciais diferentes. O aspecto político-ideológico deu a tônica ao movimento e foram úteis inicialmente para tratar de uma coletividade, mas ao desconsiderar categorias como raça, classe social e orientação sexual colocou em evidência as mulheres brancas, heterossexuais e de classe média/alta. E, assim, em um grupo no qual se pressupõe a irmandade, categorias de segregação manteve o viés opressivo. Como bem sinaliza Audre Lorde (s/d):

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você.

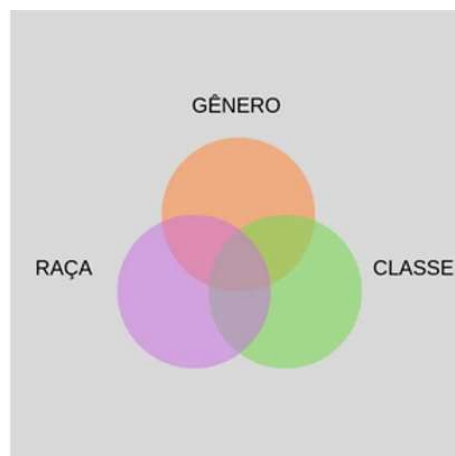
Assim, a opressão sofrida por mulheres negras, por exemplo, é multidimensional, a partir de múltiplas identidades que permeiam um contexto social e histórico. Ainda Luiza Bairros (1995) sinaliza também que o patriarcado possui bases de opressão semelhantes às que permitem a existência do racismo, a crença na dominação constituída com base em noções de inferioridade e superioridade. Ana Alice Costa (2002, p. 4) apresenta o patriarcado como uma organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril).

O termo interseccionalidade, sem dúvida, conseguiu tornar o campo compreensível, em especial, para o âmbito social. É inegável que o racismo e o patriarcalismo são duas instituições basilares para as relações de poder, que inferiorizam a(o) negra(o) e criam modos de subordinação que levam em conta a dimensão sexual.

Nesse sentido, a mulher negra sofre uma opressão ainda maior do que a mulher branca e do que o homem negro, pois ela é inferiorizada por ser mulher e negra, com conjunção aditiva; enquanto aqueles são oprimidos por serem mulher ou negro, com conjunção alternativa. Assim, no contexto de múltiplas opressões, é importante pensar nas intersecções, a fim de compreender a complexidade identitária sem hierarquização, uma vez que há uma interação nas reproduções de desigualdades sociais.

Para Ina Kener (2012), na atual discussão europeia, o termo "intersecções" serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências. Com isso, é possível compreender as opressões sem categorizá-las como mais ou menos importante, sem colocá-las em camadas, sem dar como justificativa a ideia de que, no Brasil, existe segregação de classe, ratificando a democracia racial.

Os anseios do Feminismo, que foi construído a partir da ideia universal da categoria mulher, não davam conta das experiências de desigualdades sofridas pelas mulheres negras, ainda que a opressão de gênero se faça presente nas mulheres brancas, as discriminações sofridas por mulheres negras e pobres trazem um peso social maior. Uma vez que a cor e a classe social são preponderantes para sua marginalização e invisibilização. Assim, esses fatores de multiplicação são compreendidos em uma relação de interseccionalidade.



Fonte da imagem: <https://www.thefeministtea.com/post/2019/06/22/todxs-n%C3%B3s-precisamos-entender-sobre-interseccionalidade>. Acesso em: 05 nov. 2020

O termo interseccionalidade consegue abranger as questões que não eram contempladas quando se pensava em soma de opressões, pois elas não podem ser vistas de modo separado ou sobreposto. Assim, a luta passa a ter um lugar menos genérico

(mulheres), bem como um local de fala que retrata realidades concretas de exclusão e discriminação sofrida por mulheres negras e que são construídas “interseccionalmente” pela nossa base colonizadora que impôs uma mentalidade racista, patriarcal, heterossexual que marcaram as vidas dessas mulheres, a partir da negatização de todas as suas experiências por uma sociedade que se deseja embranquecida.

Dessa maneira, raça, classe social, gênero e sexualidade definem a experiência da mulher negra. Há uma intersecção que move as opressões que a acometem e colocam-na em um local de invisibilidade. Assim, analisar as partes de um problema não traz a dimensão de todas as opressões sofridas, apenas o fragmenta e vai colocando para escanteio o que deveria ser central.

...[3]

Bibliografia consultada:

LIMA, Daniele dos Santos. O entrelace das fitas: uma narrativa sobre o reisado de Dona Derina na Chapada Diamantina. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGNEIM 2020.

Referências:

COLLINS, Patrícia Hill. Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução: Bianca Santana. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso: 01/09/20.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. Jan, 2002, vol.10, no.1, p.171-188.



Fonte da Imagem: Interseccionalidade: sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados à discriminação. *Biblioteca do MPT/RN* [online]. 15 abr.2019. Disponível em: <https://bibliotecaprt21.wordpress.com/2019/04/15/interseccionalidade-sobreposicao-ou-interseccao-de-identidades-sociais-e-sistemas-relacionados-a-discriminacao/>. Acesso em: 05 nov. 2020

Colocando em prática:

1. Qual o objetivo da discussão sobre Interseccionalidade com os/as estudantes?

O objetivo de discutir Interseccionalidade em sala de aula é pensar que as opressões de gênero, raça, orientação sexual, capitalista, religiosa etc. sofridas por mulheres negras não podem ser vistas de modo separado, mas em conjunto, pois só assim é possível perceber a inseparabilidade estrutural dessas categorias.

2. Ao trazer essa discussão para sala de aula, o que se espera para os/as estudantes?

Ao abordarmos o tema “interseccionalidade”, esperamos estimular o(a) aluno(a) a levar em conta a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado na existência da mulher negra. É preciso que ele(a) compreenda como essas categorias trabalham em conjunto na opressão dessas mulheres, pois os processos de exclusão vivenciados pelas negras é diferente do que sofre uma mulher branca e um homem negro, por exemplo, porque elas não são brancas (experiência de raça) e elas também não são homens (experiência de gênero).

3. Como trabalhar esse tema com os/as estudantes?

- Professor/a, sugira um estudo de caso, assim, é esperado que os/as estudantes percebam como a interseccionalidade funciona na prática. Por exemplo: Quando uma mulher negra, moradora de uma comunidade dominada pelo tráfico de drogas, faz um chamado para polícia para denunciar uma violência doméstica, ela terá o mesmo tratamento e a mesma assistência de uma mulher branca, residente em um bairro nobre, para o mesmo chamado policial?
- Professor/a, pense com seus estudantes como a análise interseccional pode contribuir para a criação de políticas públicas. Problematicize como as violências de gênero, raça e classe impactam de forma articulada o acesso a direitos sociais fundamentais, como saúde e educação;
- Professor/a, contraste a celebração das datas 08 de Março (Dia Internacional da Mulher) e 25 de Julho (Dia Internacional da Mulher negra, latino-americana e caribenha), considerada um marcador na luta contra o racismo e sexismo, para refletir em que medida as demandas das mulheres negras (não) são contempladas.
- Proponha uma abordagem sobre o conceito de interseccionalidade a partir de textos diversos, a exemplo de Histórias em Quadrinhos (HQ); e discuta aspectos como a ausência de mulheres negras entre os desenhistas brasileiros valorizados pela mídia e a escassez de protagonistas negras. Apresente aos/as estudantes o trabalho de profissionais que rejeitam a estereotipação de personagens afrodescendentes, como a quadrinista mineira Ana Flávia Cardoso, autora da HQ “Quando Você Foi Embora” (2018); a ilustradora e quadrinista maranhense Diane Araújo (Dika Araújo), autora de “Domingo tem Macarrão” (2018) e “Melaço” (2018); e a paulistana Flávia Borges, criadora de “Maré Alta” (2018).



Ilustrações das HQs “Quando Você Foi Embora” (2018) (à esquerda) e “Maré Alta” (2018) (à direita). Fonte da imagem: COSTA, Nataly. Quadrinizada: A mulher e a história em quadrinhos. *Não me Kahlo*. 23 jun. 2020. Disponível em: <https://naomekahlo.com/quadrinizada-a-mulher-e-a-historia-em-quadrinhos/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

4. Pensando vocábulos:

Professor(a), em entrevista, a pesquisadora, ativista e escritora do livro “O que é interseccionalidade?”, Carla Akotirene, traz a definição do termo como: *“Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. Sensibilidade analítica, a interseccionalidade completa no próximo semestre 30 anos, quando a sua proponente teorizou a sugestão histórica pensada pelo movimento de mulheres negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras.”* (O que é interseccionalidade? Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/> Acesso em: 19 de outubro de 2020). Reflita com seus/suas estudantes o uso dos vocábulos/expressões: *encruzilhada acadêmica, oferta analítica, leis antidiscriminação, cis-heteropatriarcado*.

5. Você sabia?

A escritora brasileira Carolina Maria de Jesus é uma grande exemplo de como as interseccionalidades marcam a vida da mulher negra, catadora de papel e moradora da Comunidade do Canindé, em São Paulo. Seu primeiro livro foi “Quarto de despejo”, o que descreve em primeira pessoa a realidade de ser mulher, negra e pobre neste país, e, ao mesmo tempo, como é possível suportar tanta discriminação. Lançado em 1960, vendeu 10 mil cópias em apenas uma semana, a obra foi traduzida em mais de duas dezenas de línguas, chegou a Europa, Ásia e América Latina.

6. Sugestões de leitura:

O livro “O que é interseccionalidade?”, escrito pela pesquisadora Carla Akotirene, faz parte da série Feminismos Plurais, que objetiva tratar de questões relativas ao feminismo negro.

A teórica Gloria Jean Watkins (conhecida pelo pseudônimo bell hooks, escrito propositalmente em letras minúsculas, como forma de homenagear sua avó materna, Bell Blair Hooks e enfatizar sua obra ao invés de si mesma) escreveu o livro “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” (2000), no qual trata da interseccionalidade de raça, gênero e capital com o intuito de discutir sobre igualdade de gênero, direitos reprodutivos, sexualidade e outros temas. A obra só foi publicada no Brasil em 2018.

A professora e ativista Angela Davis publicou a obra “Mulheres, Raça e Classe”, na qual aborda o tema da interseccionalidade, articulando-o às lutas feminista, anticapitalista e antirracista. Embora o livro tenha sido escrito originalmente em 1981, foi publicado no Brasil somente em 2016.

Referências:

Sete livros para conhecer e entender o feminismo negro. O Globo [online]. 02 ago.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/sete-livros-para-conhecer-entender-feminismo-negro-23848547>. Acesso em: 05 nov. 2020.

7. Sugestões de vídeos:[4]

Interseccionalidade – Djamila Ribeiro e Carla Akotirene:

<https://www.youtube.com/watch?v=KFncigGbDeE>

O vídeo “Como é ser mulher na rocinha” (2019) possui duração de 11’20” e aborda o cotidiano marcado por violências de gênero, raça, orientação sexual e intolerância religiosa de quatro moradoras da comunidade carioca. Confira em: *Os desafios de uma mulher na favela da Rocinha*. 05 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UHhOVCXY3YI>. Acesso em: 05 nov. 2020.

Kimberle Crenshaw discute a necessidade de refletirmos sobre as diferentes opressões a que estão sujeitos alguns indivíduos, sobretudo as mulheres negras na conferência “a urgência da interseccionalidade” apresentada em 2016 para uma plateia diversa, nos Estados Unidos. O vídeo possui duração de 18’53” e oferece legendas em português. Acesse: *Kimberle Crenshaw - A urgência da interseccionalidade*. 14 jul. 2017.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU>. Acesso em: 05 nov. 2020.

8. Tá na rede

Série Coisa mais linda: produzida pela Netflix, retrata os percalços vividos por mulheres, na década de 50, no Rio de Janeiro. Sugerimos que o foco seja na personagem Adélia, uma mulher negra, moradora de uma comunidade carioca, cujas opressões divergem, por exemplo, da sua amiga Maria Luísa, mulher branca e de classe alta.

O perfil @pretadotora, mantido no Instagram por Giovana Xavier, historiadora e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é utilizado por ela para abordar o racismo e a representatividade por meio de sua rotina.

link: <https://www.instagram.com/pretadotora/>